



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

THAIZA ISIDRO VIEIRA

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
NO PROCESSO DE INCLUSÃO

JOÃO PESSOA - PB
2014

THAIZA ISIDRO VIEIRA

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Pólo João Pessoa, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Profa. Ms. Maria José Candido Barbosa - UEPB

JOÃO PESSOA - PB
2014

THAIZA ISIDRO VIEIRA

ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: NO
PROCESSO DE INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Pólo João Pessoa, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Maria José Candido Barbosa

Prof.^a Ms. Maria José Candido Barbosa - UEPB
Orientadora

Alessandra Miranda Mendes Soares

Prof.^a Ms. Alessandra Miranda Mendes Soares - UFERSA
Examinadora I

Ana Célia Silva Menezes

Prof.^a Ms. Ana Célia Silva Menezes
Universidade Estadual da Paraíba
(Examinadora)

Lígia Luiz de Freitas

Prof.^a Dra. Lígia Luiz de Freitas - UEPB
Examinadora II

V657a Vieira, Thaiza Isidro

Atuação do profissional de educação física escolar: no processo de inclusão [manuscrito] / Thaiza Isidro Vieira. - 2014. 39 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Maria José Candido Barbosa, Departamento de Educação".

1. Educação. 2. Inclusão social. 3. Educação física. I. Título.
21. ed. CDD 370.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido a conclusão desse trabalho.

A minha família por sempre me apoiar e as minhas amigas e amigos que me ajudaram a conquistar esse título.

E aos meus professores.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo discutir a respeito da inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física a partir de estudos realizados com esta população no Plano Decenal de Educação do Estado da Paraíba (PDEE-PB, 2001). No PDDE- PB a inclusão é tratada com clareza e bem composta, nele a maior dificuldade citada foi como fazer uma inclusão que alcançasse a todos integrantes da comunidade escolar. Essa problemática foi bastante relatada pelos trabalhos investigados. A falta de estrutura das escolas públicas foi fator decisivo relatado pelos estudos pesquisados como também o despreparo didático e pedagógico de alguns professores de Educação Física. O presente trabalho visa mostrar a realidade do processo de inclusão encontrado em várias escolas do país como também da Paraíba.

Palavras chaves: PDDE - PB. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

This study aimed to discuss about the inclusion of people with disabilities in physical education classes from studies with this population in the PDDE – PB. In the PDDE – PB inclusion is treated clearly and well made. It said the greatest difficulty was how to make an addition that reach to all members of the school community. This problem was reported by the investigated quite work. The lack of structure of public schools was crucial reported by the studies surveyed but also the didactic and pedagogical unpreparedness of some teachers of Physical Education . This paper aims to show the reality of the inclusion process found in various schools in the country but also of Paraíba.

Keywords: PDDE – PB. INCLUSION. PHYSICAL EDUCATION.

LISTA DE SIGLAS

AAHPERD	American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance
AFA	Educação Física Adaptada
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE-PB	Plano Decenal de Educação do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	13
1.1 A Educação Física e a inclusão.....	15
CAPÍTULO 2	
CURRÍCULO E INCLUSÃO.....	19
2.1 Mudança curricular.....	19
2.2 PDDE – PB.....	20
2.3 O Curso de Educação Física.....	21
2.4 O aluno com deficiência e o ambiente escolar.....	23
2.5 Interdisciplinaridade : Caminho a ser percorrido.....	24
2.6 O conteúdo esporte na escola.....	26
2 METODOLOGIA.....	28
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

A inclusão no campo educacional ainda é um desafio cujo processo tem se apresentado de forma gradual e ativo, centralizada em uma educação de qualidade para todos, respeitando as particularidades dos alunos, livre de preconceito, segregação e isolamento. Nesse contexto, pessoas com necessidades especiais não são apenas aquelas que possuem algum tipo de limitação física, mas sim pessoas com qualquer diferenciação ou exigências pedagógicas modificadas no processo de aprendizagem do ensino regular, conforme nos aponta Lacerda (2006).

Nos estudos de Vargas et al. (2009), na história do processo educativo houve períodos nos quais ocorria exclusão de determinados grupos de pessoas: como mulheres, pobres e a população negra. Diante dessa realidade, medidas legislativas foram criadas como forma de enfrentamento e superação a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996, na qual a inclusão é apresentada como processo determinante ao acesso escolar universal, favorecendo a cidadania irrestrita. De acordo com Lacerda (2006), no campo educacional a inclusão é um tema muito discutido nas últimas décadas gerando discussões entre os próprios pesquisadores e também no ambiente escolar acerca desse processo.

Na área específica da Educação Física a mudança curricular ocorrida no final da década de 1980 incluía em seu Projeto Político Pedagógico a disciplina Educação Física Adaptada, presumindo a atuação do professor com pessoas com deficiências e outras necessidades especiais conforme citado nos estudos de Cidade e Freitas (2002), que refletem sobre essa passagem histórica sobre o curso. Esta disciplina era a única que possuía a abordagem sobre o processo de inclusão, e, muitas vezes, trazia a oportunidade única de contato dos graduandos com essa realidade. Entretanto, reconhecemos a insipiência curricular do curso de Educação Física no tocante ao desenvolvimento de competências adequadas do professor para lidar com pessoas com deficiência.

Compreendemos que para atuar com pessoas com deficiência numa perspectiva inclusiva, o futuro professor de Educação Física deve aprender na sua

formação inicial a criar estratégias de ensino desafiadoras possibilitando que o aluno adquira novos conhecimentos, reconhecendo e valorizando suas potencialidades. Em se tratando do aluno com deficiência a interação professor-aluno nesse processo deveria priorizar a excelência e qualidade do atendimento a esse aluno, estando o professor devidamente preparado e qualificado para assumir essas funções. Lebedeff et al. (2007) também menciona essa importância da qualificação profissional.

Desta forma, pesquisas realizadas no Brasil citam a importância das aulas de Educação Física no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, integrando esse aluno na sociedade e desenvolvendo suas diversas habilidades. Porém, para que haja uma inclusão apropriada necessita-se de investimento nas estruturas das escolas, oferta de qualificação profissional à comunidade escolar para que esse aluno possa progredir em níveis aceitáveis tornando-se agente ativo socialmente.

Este estudo teve como objetivo discutir a respeito da inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física, observando as dificuldades encontradas neste processo, os conteúdos curriculares, os tipos de deficiências a partir de estudos realizados com esta população no Plano Decenal de Educação do Estado da Paraíba (PDEE-PB, 2001).

Para isso, o trabalho está organizando da seguinte forma:

- 1) no Capítulo 1 apresentamos o processo de inclusão escolar, a Educação Física e a inclusão, o aluno com deficiência e o ambiente escolar, relação entre Educação Física, deficiência e as outras disciplinas e o conteúdo esporte na escola;
- 2) já no Capítulo 2 utilizou-se o Plano Decenal de Educação do Estado da Paraíba (PDEE-PB) como base para discussão da realidade paraibana acerca da inclusão.
- 3) na metodologia, foi utilizada a abordagem de revisão de literatura com os artigos relacionados com o tema;

- 4) e para conclusão foi feito um apanhado sobre o processo de inclusão no ambiente escolar nas aulas de educação física.

CAPITULO 1

O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Em Lebedeff e colaboradores (2008) se destaca as demandas sobre o professor em relação ao processo de inclusão da pessoa com deficiência, o que requer uma abrangência de saberes a respeito da realidade a ser enfrentada no ambiente escolar. Por isso, este precisa, de um professor(a) de formação profissional adequada, com apoio e orientação especializada para que refletia criticamente sobre sua prática pedagógica.

Para um efetivação da inclusão escolar é preciso mudanças na sociedade de forma que a pessoa com deficiência seja reconhecida no mesmo nível social das pessoas ditas “normais”. A criação de espaços onde a diferença esteja presente e todos convivam harmoniosamente é essencial para implementação desse processo.

Entretanto a falta de conhecimento, o preconceito e a discriminação faz com que a pessoa com deficiência seja considerada doente, um peso ou um problema para a sociedade. O estigma da deficiência é sério, “transforma” as pessoas cegas, surdas, com deficiências intelectual ou física em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados a margem da sociedade.

A ordem social, desde o princípio, sempre inutilizou as pessoas com deficiência, marginalizando-os e desponjando-os de liberdade. Essas pessoas, sem consideração, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

A literatura clássica e a história da humanidade repercutem essa ação discriminatória, porque é mais fácil ter atenção aos obstáculos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas. Silva (1986) mostra bem como era essa discriminação: “não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto que, desde o nascimento, não se mostrava bem construída para ser forte, sã e rija durante toda a vida”.

Nos últimos tempos, ações esporádicas de professores e de pais têm fomentado e implementado o processo de inclusão, nas escolas, de pessoas com alguma deficiência ou necessidade especial, tendo em vista o resgate, o respeito humano e a dignidade, na intenção de tornar possível o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento.

Numa escola inclusiva é de fundamental importância a participação de todos os componentes da equipe escolar, objetivando um planejamento e programas adequados à inclusão. Para que ela seja efetivada com sucesso é preciso o envolvimento dos professores, funcionários e gestores. Essas idéias também estão presentes nos estudos de Sant`Ana (2005). Por essa razão os professores precisam conhecer os seus alunos para projetar os conteúdos compatíveis com os níveis cognitivos e físicos apresentados por eles.

Portanto, para ser inclusiva a escola e todos que dela fazem parte devem reconhecer e valorizar a diversidade, e a igualdade dos estudantes, pois cada um representa uma parte do todo. Nesse cenário, deve-se buscar novas propostas e ações pedagógicas e educativas que garantam o acesso e a permanência do aluno nesse ambiente escolar conforme aponta Lacerda (2006). Reconhecer a diferença como um elemento importante presente no ambiente escolar é condição para enriquecimento das aulas do ponto de vista pedagógico e relacional.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 5):

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Segundo Vargas e colaboradores (2009) para ofertar uma educação inclusiva à escola precisa estar preparada para superar os empecilhos que surgirão nesse

processo. Ela só será concreta para a pessoa com deficiência, ou não, se puderem trabalhar na diversidade com excelência.

1.1 A Educação Física e a inclusão

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) são documentos que foram elaborados para nortear as ações didáticas do professor. Esses documentos vieram de realidades diferentes e contribuindo para a reforma educativa, desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 até os dias atuais. Sobre essa forma de conduzir o processo de aprendizagem os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram fundamental

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (PCNS, 1997, p. 6).

A recomendação especificada nos PCN's sobre a inclusão e outras características do ensino como a cooperação, colaboração entre outras, tem como principal objetivo auxiliar o planejamento dos objetivos da escola. O documento é referente a todas as disciplinas (obrigatórias ou auxiliares) trabalhadas em cada ano, para que se possa:

[...] desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (Idem, 1997, p. 6).

Quanto à Educação Física, em processo inclusivo deve desenvolver as capacidades dos alunos possibilitando aos mesmos, condições adequadas para o acesso aos conteúdos desta disciplina. É necessário haver um desenvolvimento de estratégias específicas, evitando a exclusão e favorecendo a participação de todos de acordo com Lebedeff et al.(2008).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. (PCNS EDUCAÇÃO FÍSICA, 1998, p. 19).

Com investimento adequado essa disciplina torna-se primordial no processo de inclusão escolar, por tratar com atividades de cunho experimental, inovador, ampliando a qualidade pedagógica da escola na visão de Rodrigues (2003). Para esse autor, a ampliação dessa qualidade dar-se a partir da evolução da disciplina educação física na escola.

Nas aulas de Educação Física, os alunos participam de atividades corporais diversas, estimulando a cooperação de professores e colegas, descobrindo novas formas de aprendizagem nesse contexto. Essa cooperação encoraja a exigência de uma melhor comunicação entre eles, aperfeiçoando a interação de todos os envolvidos, conforme ilustra Falkenbach (2002). A interação durante o processo de ensino e aprendizagem é de fundamental importância para o desenvolvimento de atividades nas aulas de educação física.

Num contexto inclusivo é fundamental que as características dos alunos sejam estimadas, diversificando as mais diferentes e possíveis intervenções pedagógicas. As limitações de cada aluno não devem confinar nem conduzir o processo, e sim ser reconhecida como aponta Aguiar e Duarte (2005). Para estes autores, o reconhecimento das limitações individuais deve gerar novas condições pedagógicas inclusivas favorecendo a todos a novas possibilidades de aprendizagem do conteúdo.

Nos PCN's a linguagem corporal é um tema muito explorado nas aulas de Educação Física, a importância dessa disciplina para alunos com deficiência ajudam a aumentar a interação deles. Vejamos o que nos diz Matthiesen e colaboradores sobre a utilização desses recursos:

Os gestos e os movimentos fazem parte dos recursos de comunicação que o ser humano utiliza para expressar suas emoções e sua personalidade, comunicar atitudes interpessoalmente e transmitir informações. (MATTHIESEN et al, 2008, p. 131).

Os comportamentos são expressos através de gestos e movimentos, e o ambiente adequado favorece o aprendizado deles, por esse motivo as aulas de Educação Física devem oportunizar esse aprendizado. O processo de inclusão não acontece linearmente devido a outros fatores que podem interferir na conduta pedagógica.

O objetivo essencial no trabalho de pessoas com deficiência para a Educação Física é a readmissão delas na sociedade de forma a estimular suas capacidades, valorizando a melhoria no domínio corporal, cognitivo e social.

As maiores dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar são: os problemas de aprendizagem, de indisciplina e as necessidades educativas especiais. Esta última se apresenta devido à falta de formação dos professores para atender os alunos com necessidades especiais como mostra Pires (2006). De acordo com seu estudo a falta de formação profissional adequada é um fator de empecilho forte.

Outro aspecto a ser considerado é o preconceito. Em pesquisa realizada na cidade de Não-Me-Toque (RS), realizada no ano de (2007), 35% dos professores participantes do trabalho citado afirmaram que o preconceito é um dos fatores que mais dificulta o processo de inclusão na escola. O estudo mostra que a maior parte das condutas preconceituosas está relacionada a questão da falta de conhecimento sobre o outro.

Em outro estudo realizado no Estado de São Paulo por Aguiar e Duarte, (2005) as principais dificuldades relatadas foram: a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, a falta de cursos relacionados à atualização pedagógica e a falta de estrutura e material didático específico para o ensino de pessoas com deficiências. O autor observou que a maioria dos

profissionais nunca passou por nenhum curso/formação relacionado a deficiência e educação física, desde sua formação inicial.

CAPITULO 2

CURRÍCULO E INCLUSÃO

2.1 Mudança curricular

O governo brasileiro historicamente tem aderido e acompanhando as demandas internacionais sobre a inclusão. Documentos como a Declaração de Salamanca e a própria LDB apontam essa realidade.

A Constituição Federal em seu Art. 205 preconiza que a educação, deverá:

ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A LDB 9.394/96, por sua vez, em seu Art. 3º defende o ensino baseado nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

De uma forma geral, historicamente, à legislação brasileira, se alinhando às grandes discussões mundiais a respeito do direito do cidadão brasileiro à do estado como propulsor de políticas públicas que atendam a essas demandas. No que se refere ao tema em discussão, em 1990 o governo brasileiro assinou a Declaração de Salamanca, por ocasião da Conferencia Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida na Tailândia.

Essa declaração demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional buscando a melhoria do acesso à educação, participação ativa dos governos, agências especializadas e organizações intergovernamentais.

Os debates sobre a inclusão ficaram mais evidentes no meio acadêmico e escolar. Esses documentos consistem na oferta de vários serviços para as pessoas com necessidades especiais baseados na diversidade humana.

2.2 O PDDE – PB

No Plano Decenal do Estado da Paraíba encontram-se dados que corroboram com essa realidade: a Paraíba dispõe de 453 (quatrocentos e cinquenta e três) profissionais, sendo 48,6% dos professores detentores da habilitação específica e 51,4% sem habilitação especializada para o desenvolvimento das atividades com Educação Especial. Do total de professores da rede estadual, 59,3% não têm curso específico na área.

Os objetivos e metas do plano visam organizar estruturalmente a educação especial nos municípios paraibanos, universalizar o atendimento em dez anos, ampliar a oferta de vagas nas escolas, redimensionar e incrementar salas de recursos e outras alternativas pedagógicas pertinentes, no sentido de propiciar a inclusão dos alunos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes apoio adicional. Definir nos dois primeiros anos de vigência deste plano, em conjunto com as entidades da área e com a colaboração da União, indicadores básicos de qualidade para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns de ensino regular, em salas de recursos e em instituições de Educação Especial, públicas e privadas. Todos esses objetivos e metas tem prazos específicos definidos para serem alcançados.

Somado a essa questão as condições físicas das escolas é outro fator limitante da inclusão de qualidade. Sem o investimento adequado o processo de inclusão será inapropriado e falho, não permitindo assim um desenvolvimento essencial dos alunos inseridos no sistema de ensino brasileiro. No próprio PDDE-PB é um dos objetivos e metas a adequação da infraestrutura como também materiais pedagógicos necessários ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo o seu descumprimento flagrante a todos.

Além da insuficiência de salas de recursos, para atendimento à demanda, identificam-se problemas na qualificação dos profissionais que atendem a esse segmento social, abrindo espaços para a tomada de medidas que, forçosamente, deverão ser adotadas para respaldar um trabalho significativo de melhoria das condições de adaptação social aos alunos com necessidades educacionais especiais. (PDEE-PB, 2001, p. 72).

O plano também mostra a necessidade de investir na formação dos professores e outras pessoas inseridas na escola envolvidas no processo de inclusão, fazendo com que eles adquiram um maior conhecimento e vivência sobre as realidades dos alunos deficientes, tornando-os profissionais capazes de incluir os alunos nas salas de aula e nos assuntos abordados.

As diretrizes do PDEE-PB elencam varias possibilidades de atuação dos gestores:

[...] a configuração de uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, com perfil adequado e flexível, administrativa e pedagogicamente, para atender à variedade de situações do alunado com necessidades educacionais especiais. (PDEE-PB, 2001, p. 73).

A assunção dessa realidade pelo PDDE – PB, ainda, não gerou todas as mudanças necessárias para garantir efetivamente a inclusão do alunado que precisa de atendimento especializado.

2.3 O Curso de Educação Física

No fim dos anos de 1950 a Educação Física começou a prestar a atenção em atividades físicas específicas para as pessoas com deficiência e seu enfoque inicial era a abordagem médica. O surgimento do termo Educação Física Adaptada (EFA) é descrito por Pedrinelli em 1994:

Para uma melhor compreensão da história da EFA, procuramos buscar a origem do termo EFA. Podemos dizer que essa expressão, EFA, surgiu na década de 1950 e foi definida pela American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance (AAHPERD), como um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados a interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiências que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem-sucedida em atividades vigorosas de um programa de educação física geral (PEDRINELLI, 1994).

Com a evolução dessa realidade foi preciso criar condições para a Educação Física lidar com pessoa com deficiência e por essa razão que surgiu a EFA para atender as pessoas com deficiências. Diante dessa realidade social o professor de Educação Física também precisa discutir analisar e repensar o seu papel e sua prática frente os desafios encontrados.

No final da década de 1980, no Brasil, houve uma modificação de caráter metodológico, pedagógico e de objetivos da disciplina Educação Física. A inserção da Educação Física adaptada na grade curricular dos cursos de graduação ocorreu nessa época, a partir da necessidade, de uma reflexão quanto aos valores culturais do período conforme, Almeida et al.(2004).

Em muitas escolas brasileiras professores de Educação Física não receberam os conteúdos pertinentes e as técnicas aplicadas na Educação Física Adaptada, justamente por esta ter surgido quando estes já se encontravam nas escolas. Por isso os professores que trabalham com alunos com deficiência precisam de cursos de capacitação, reciclagem e especialização específicas nessa área, para que possam estar habilitados a trabalharem de forma adequada com eles.

Todo profissional da área precisa conhecer as características do desenvolvimento humano: biológico, físico, motor, afetivo entre outros para atuar de maneira a contribuir com o desenvolvimento dos alunos deficientes ao seu máximo.

Apesar da evolução curricular ocorrida nos últimos anos ter proporcionado uma nova abordagem nas aulas de Educação Física Adaptada, facilitando a

interação professor, aluno e o ambiente escolar, a concretização, dessas novas diretrizes, ainda precisa ocorrer e ser melhorada em várias escolas do país.

2.4 O aluno com deficiência e o ambiente escolar

A inclusão no sistema de ensino é uma diretriz, a qual faz parte da política de governo há, pelo menos, uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, ela ainda não provocou a mudança imprescindível na realidade escolar, de modo que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais sejam acolhidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais (PDEE-PB, 2001).

O ambiente educacional é o espaço de interação entre professores e alunos, propiciando a estes últimos o crescimento de suas habilidades favorecendo assim a integração na escola segundo Schirmer (2007). O desafio presente nessa realidade é proporcionar a aquisição de habilidades, e também oportunizar novas experiências e aprendizagens significativas.

Com isso, o professor de educação física possui um papel de fundamental importância na escola, e para que ele se envolva com o processo de inclusão é necessário uma construção de conhecimentos que o capacite para desempenhar suas funções diante dos alunos com deficiência. De acordo com Padilha e Freitas (2002) este profissional precisa de informações eficientes para o planejamento específico e procedimentos corretos, visando à participação dos alunos em suas aulas.

A inclusão é ideal para oportunizar a igualdade de condições para as crianças deficientes, relacionando-se entre elas e estabelecendo trocas de aprendizagem mútuas. Por esse motivo as aulas de Educação Física com objetivos de desenvolver os aspectos biopsicossociais possibilitam que esses alunos se sintam incluídos ativamente no ambiente escolar.

As atividades de cunho lúdico facilitam a interação dos alunos, pois nesses jogos eles entendem e aprendem com seus fracassos e vitórias. Atividades essas adaptadas e com os cuidados necessários as limitações físicas ou psicológicas dos alunos.

As características genéticas e ambientais influenciam na diferenciação das pessoas, por isso a escola deve ser um ambiente muito estimulante, despertando no alunado a importância das atitudes e habilidades experimentadas e aprendidas.

Para haver a inclusão adequada é preciso da união entre escola, comunidade e os alunos, cada um com suas contribuições e conscientes de sua importância na melhora do ambiente, e assim com potencial para atingir os objetivos almejados.

A Declaração de Salamanca afirma a escola enquanto item que trata dos fatores relativos a escola, o citado documento destaca que:

O desenvolvimento de escolas inclusivas que ofereçam serviços a uma grande variedade de alunos em ambas as áreas rurais e urbanas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada - um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas - um programa extensivo de orientação e treinamento profissional - e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 8).

2.5 Interdisciplinaridade : Caminho a ser percorrido

A interdisciplinaridade está em voga no cenário escolar atual, sendo muito citada pelo PCN, por ser considerada como uma ferramenta didática importante para a integração da escola, alunos e dos professores.

A ação interdisciplinar deveria ser muito mais abordada nas escolas, mas infelizmente nos deparamos com professores e gestores educacionais sem atitude e desinformados sobre os benefícios dela, dificultando a sua realização e consolidação.

A intenção da interdisciplinaridade é de trazer novas alternativas possíveis para que se permita a troca de saberes e conhecimentos, a fim de se vencer o desafio perante o novo, como também, de se buscar a cooperação da comunidade escolar. Assim, a contribuição cognitiva numa sala interdisciplinar tem por característica a ampliação dos conhecimentos de forma descontraída diante da complexidade dos conteúdos escolares.

A individualidade dos alunos e suas particularidades estimulam o professor a experimentar diferentes abordagens e metodologias do seu conteúdo, possibilitando de forma adequada e precisa o processo de ensino-aprendizagem, ampliando assim, a melhoria da relação professor-aluno.

Como disciplina a Educação Física deve possibilitar melhor compreensão da linguagem corporal, integrando o aluno socialmente e ampliando o reconhecimento de si mesmo e do outro, talvez o debate, o diálogo e a pesquisa possa auxiliar na construção do conhecimento dos alunos, abrangendo o seu senso investigativo e criativo para modificar a realidade por eles vivida.

Os alunos com deficiência seriam beneficiados de várias maneiras com a interdisciplinaridade, ao vivenciarem as várias maneiras de se aprender matemática ou biologia com a ajuda da educação física e de outras disciplinas presentes na grade curricular.

Portanto, a interdisciplinaridade é uma ferramenta essencial no processo de inclusão e deve estar presente no cotidiano dos alunos, professores e também da escola, para que juntos possam alcançar as melhorias planejadas, beneficiando o aperfeiçoamento do cenário da educação brasileira atual.

2.6 O conteúdo esporte na escola

O esporte é um forte desencadeador de interações de cooperação e integração entre os alunos. Na prática desportiva escolar o respeito, a solidariedade, a atenção e a autoestima estão presentes de forma latente nas aulas.

O esporte adaptado tem evoluído nos últimos anos, deixando de ser apenas uma prática terapêutica para o esporte de alto rendimento. Entre benefícios gerados pela prática de esportes destacam-se: melhora da aptidão física, aumento de independência e autoconfiança para realização das atividades diárias e a elevação da autoestima segundo Gill & Deeter (1988). Esses benefícios contribuem para que o/a alunos/as com deficiência seja olhado com outros olhos e também passe a enxergar suas próprias capacidades e habilidades.

Na nossa cultura as práticas desportivas são muito exploradas na mídia, semanalmente vemos jogos de futebol, vôlei e outras modalidades sendo transmitidas ao vivo, toda essa exposição influenciam os alunos nas aulas de educação física, porque todos querem se parecer com os “craques” e realizarem lances bonitos vistos nas transmissões.

Os esportes escolares precisam ter cunho inclusivo, com a participação e a integração de todos os alunos, desde a organização das regras e da escolha dos times, todos devem participar melhorando a cooperação e a inclusão deles nas aulas, fazendo-os complementarem o seu repertório motor e a aquisição de novas habilidades.

A visão competitiva da Educação Física pode criar certa barreira à inclusão de pessoas que são encaradas como menos capazes para um bom desempenho em competições. Os esportes quando praticados sem os princípios inclusivos tornam-se uma atividade que não favorece a cooperação, que não valoriza a diversidade podendo gerar sentimentos de frustração.

De Marco cita essa preocupação:

Mais do que formar atletas, a Educação Física pode contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa, com a formação de uma consciência crítica, com o conceito de cidadania e com o próprio desenvolvimento da consciência corporal. (1995, p. 33).

A sua importância enquanto conteúdo escolar está no fato dos alunos estarem dispostos a sair da rotina diária da sala de aula e poder correr, jogarem e experimentarem novos jogos e sensações sentidas quando praticam essas atividades.

Nas reuniões de planejamento do projeto político pedagógico - ocorridas no início do calendário escolar, em relação aos conteúdos ministrados no ano regular os esportes coletivos (como vôlei ou futebol), lutas (judô), ginásticas e jogos devem estar presentes na elaboração dos planos de aula e de ensino do professor de educação física, apresentados em harmonia com os PCN`S. Temas esses presentes na cultura corporal de movimento, objetivando integrar o aluno a essa esfera a, reproduzir e transformar essa cultura.

3 METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura especializada, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o tema, elaborada entre agosto de 2014 e setembro de 2014, no qual se realizou uma consulta ao plano decenal da Paraíba e as políticas de inclusão e de formação do educador de educação física.

Os artigos estudados foram pesquisados nas bases de dados Scielo e Google acadêmico utilizando as palavras-chaves: inclusão, Educação Física e o educador. Inicialmente foram encontrados 6 artigos acerca do tema inclusão e optou-se por trabalhar com pesquisas que focassem a inclusão e a Educação Física. Esse estudo é de pesquisa bibliográfica e de caráter documental.

O ponto central do estudo foi à busca nos artigos, no Plano Estadual Decenal da Paraíba e as políticas de inclusão e de formação do educador de educação física, como também a Lei e diretrizes de Base da Educação (LDB) neles o foco do estudo se apresentou no professor de Educação Física e sua relação com o processo de inclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção do referencial teórico teve como base as diretrizes do Plano Estadual Decenal da Paraíba e da Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB), além de outros artigos científicos pesquisados e suas políticas de inclusão e de formação do educador centralizando o estudo no professor e Educação Física e a abordagem no processo de inclusão.

O processo de construção do Plano Estadual Decenal da Paraíba data do ano de 2001 e nele havia enraizado o diagnóstico, as diretrizes, os objetivos e metas sobre vários temas curriculares, a serem contemplados e trabalhados nas escolas estaduais, municipais e privadas. As diretrizes são medidas baseadas na constituição brasileira e na LDB e visam objetivamente à inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar.

O tema da inclusão já estava presente desde os primeiros passos da construção desse importante documento.

O Plano é mais um espaço privilegiado para reunir diferentes sujeitos em torno de um projeto de Estado que aponte para a elevação dos patamares educacionais e para a edificação de uma Paraíba mais justa e mais igualitária. (PDEE-PB, 2001, p. 14)

Apesar da inclusão já ser discutida há alguns anos, a sua evolução no cenário escolar não produziu as mudanças necessárias esperadas na educação escolar. Estima-se que no estado da Paraíba o número de alunos com algum tipo de deficiência seja de 300000. As deficiências descritas no plano são : mental, múltipla, auditiva, visual, física, superdotação, entre outras e o seu atendimento só corresponde a 28,7% desse total. Esses números demonstram uma cruel realidade, que ainda falta muito avanço para a inclusão virar realidade na Paraíba como também no Brasil. Entretanto, não se restringe ao Brasil, é uma tendência mundial.

Na LDB, no decorrer dos artigos e parágrafos, existe todo um aparato estrutural e de condições de como o aluno deverá ser tratado nas escolas e no

nosso Estado ainda não conseguiu consolidar, por várias razões, essa lei e fornecer o atendimento adequado necessário ao aluno com deficiência. Infere-se que na Paraíba, o caminho da inclusão ainda deverá percorrer um longo trajeto, conforme determina o parágrafo 1º, Artigo 58 da LDB:

“§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Os esforços feitos pelos órgãos públicos responsáveis ainda não são satisfatórios, pois os números de matrículas vêm aumentando, mas o déficit de atendimento cresce na mesma proporção. Um dificultador desse processo é que muitas ações devem ser tomadas ao mesmo tempo para alcançar os resultados esperados e nem sempre os momentos não se enquadram. A sociedade deverá pensar na diversidade e na coletividade, melhorando o atendimento educacional de todos os alunos, possibilitando que os direitos inerentes a eles possam ser efetivados, permitindo a inclusão de todos.

O número de professores não habilitados com curso específico na área nas escolas estaduais é de 59,3%, esses números expressam a dificuldade em alcançar uma inclusão adequada quando os professores não estão preparados propriamente para ministrar as aulas aos alunos que necessitam de auxílio. Os professores e a comunidade escolar são pilares essenciais na estrutura e funcionamento do sistema educacional e por essa razão se faz necessário investir nesse profissional. O papel do professor é de agente transformador que constrói, mantém e altera significados sobre as atividades pelas quais respondem. Contudo, sem o devido estímulo o professor não se sentirá capaz de contribuir para a inclusão.

No Artigo 59 da LDB, item III relata que será assegurado ao aluno com necessidades especiais: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns”. Apesar da discussão sobre esse tema ser presente a sua consolidação ainda demorará para ser conquistada. A formação ineficaz traz serias consequências ao princípio da

inclusão. As atividades sem o planejamento adequado não enriquecem e nem ampliam o processo de ensino-aprendizagem e a interação professor e aluno.

A formação continuada é ofertada em processo contínuo, essa iniciativa é bem intencionada, porém não basta apenas a formação para alcançar avanços. É necessário amplos esforços para beneficiar tanto o professor, quanto o aluno.

O respeito mútuo é de fundamental importância no relacionamento entre professor e aluno. O professor precisa de auxílio para a reflexão sobre sua prática para a melhor compreensão suas crenças em relação a esse processo e tornando-se um pesquisador de sua intervenção, almejando aprimorar o ensino ofertado em sala de aula. Ele possui instrumentos significativos para que a inclusão se torne efetiva, pois pode utilizar técnicas que melhorem a qualidade de vida dos alunos e o acesso a diversidade, fazendo com que as crianças saibam lidar com as diferenças, possibilitando as pessoas com necessidades especiais uma vida social gratificante.

É fundamental que o educador aprecie mudanças, ter disposição e criatividade para a adaptação de atividades, pois o desafio não será tranquilo e exigirá muito do professor, e queira desenvolver um trabalho de cooperação com os alunos, independente do tipo de deficiência, porque sua prática influencia na confirmação e valorização das diferenças como também pode rejeitar ou excluir. Ter sempre em mente a importância do senso crítico dos alunos e estimulando quando possível, este a usar seu papel de agente transformador da sociedade.

A Educação Física, enquanto disciplina, auxilia na facilitação da inclusão nas escolas. As aulas são sempre esperadas, com certa ansiedade, pelos alunos que se esforçam para fazer as atividades planejadas. Esse momento fora dos moldes da sala de aula deve ser aproveitado ao extremo para mostrar que todos podem participar das aulas independente de suas limitações e as dificuldades experimentadas nas aulas afetam a todos.

A gestão de uma escola inclusiva precisa estar envolvida e proporcionar as reuniões pedagógicas, desenvolver atividades voltadas especificamente à acessibilidade universal, adaptações de currículo além das atividades de cunho

administrativo. O caráter democrático deve ser aspecto importante a ser tratado nessas reuniões. Os objetivos gerais e específicos a serem alcançados pela escola devem ser discutidos (e postos em prática) nessas reuniões e a disponibilização de meios e recursos para a integração do aluno com necessidades especiais. Esse processo gera desafios e conflitos a serem batalhados e demanda o desenvolvimento de novas habilidades e competências de todos os profissionais envolvidos.

A falta de estrutura física (banheiros sem as adaptações necessárias, entradas sem rampa de acesso entre outros) das escolas também é relatada - pelos autores estudados - como empecilho para a inclusão. Muitas medidas precisam ser adotadas para tornar esse processo significativo para a melhoria das condições de adaptação social dos alunos com necessidades especiais.

As informações geradas envolvidas com a situação de diferença beneficiam as habilidades sociais como também as técnicas motoras amplas. Cabe ao professor propiciar um ambiente de cooperação participativa sem ênfase na comparação de performances. As aulas devem ser planejadas para atender as especificidades dos alunos e levando em conta a realidade experimentada por eles proporcionando oportunidades iguais e a valorização da diversidade. O processo avaliativo deve ser enfatizado no potencial do aluno e nem sempre nas exigências do sistema escolar.

O relacionamento com os familiares é de extrema importância. A família é o primeiro grupo no qual o indivíduo é inserido. A família é um impulso social que influencia na determinação do comportamento humano e no processo de formação da personalidade. Pode ser definida como uma unidade social significativa inserida na comunidade imediata e na sociedade mais abrangente. É interdependente, ou seja, as relações estabelecidas com os familiares influenciam uns aos outros e toda mudança ocorrida nesse sentido exercerá preponderância em cada membro individualmente ou no sistema como um todo (BUSCAGLIA, 1997).

A influência das relações familiares é notória em famílias com filhos com deficiência porque trata-se de uma experiência inesperada, de mudança de planos e expectativas dos pais. Os pais projetam uma criança em suas mentes e, desde o

princípio da gravidez, fantasiam sobre o sexo do bebê, o desempenho na escola, a carreira e a orientação sexual que irão ter.

As mudanças políticas, econômicas e sociais estimularam cenários alternativos na educação inclusiva. Possibilitam uma abordagem mais ampla do sistema de educação considerando as diferenças inerentes a cada indivíduo. O processo de inclusão carece de mudanças estruturais profundas e urgentes, indo desde a capacitação adequada dos professores a questões administrativas como número de alunos em sala, suprimir barreiras arquitetônicas, recursos materiais adequados para o ensino. A implantação da educação para a inclusão no ensino depende de vários fatores não só da boa vontade da sociedade como também da vontade política de nossos governantes. O sucesso da inclusão depende dessa ação em conjunto.

Entretanto, a Educação Especial tem sido historicamente caracterizada como um subsistema ou sistema paralelo de ensino. Ela não é apenas um subsistema de ensino e sim modalidade de ensino e as escolas devem ter um conjunto de recursos que devem ser organizados e disponibilizados para que todos os alunos possam desenvolver suas competências e habilidades com respeito e dignidade.

Soares (1992) sugere aponta como sugestão:

Tornar, então, como objetivo de conhecimento um ramo da Educação Especial ou a Educação Especial nas suas varias especializações e de considerar o seu isolamento da Educação (comum) é, a meu ver ignorar, o componente fundamental do objeto que está se propondo conhecer. A sua adjetivação é a sua própria constituição enquanto objeto, mas que só pode ser apreendida, globalmente, se remetida ao seu substantivo.

A pessoa com deficiência ainda sofre muito pelo estigma e pelo preconceito social. A inclusão visa superar uma historia de isolamento, abandono e discriminação. Um desafio nada fácil e muito dinâmico. Tornar a escola um espaço mais justo e menos segregacionista. Essa tarefa de muita dificuldade tem maiores

êxitos se a colaboração de todos para que sigam uma mesma linha de pensamento, empenho e dedicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo fazer um apanhado sobre o processo de inclusão no ambiente escolar nas aulas de educação física.

Os profissionais de Educação Física que estão inseridos na escola nem sempre têm o conhecimento adequado para incluir os alunos com alguma deficiência nas suas aulas. Por essa razão os cursos de capacitação desempenham uma fundamental peça no processo de ensino aprendizagem, porque proporcionam um espaço de integração com outros professores e a outras realidades vividas por eles. Essa troca de experiência fomenta o debate sobre a inclusão e proporciona novas abordagens dos professores em suas aulas.

O professor de Educação Física precisa estar mais presente nas ações pedagógicas das escolas, participando efetivamente do planejamento escolar e contribuindo para a inclusão dos alunos na escola. Cabendo a ele interagir com a família, a sociedade e a escola, apontando a responsabilidade de todos eles durante o processo de inclusão, assumindo assim um papel de agente transformador.

Nos estudos utilizados como fonte de pesquisa para esse trabalho, mostram que há um despreparo tanto da escola como de alguns professores, por isso a intervenção dos gestores educacionais precisa de consistência e continuidade para a devida transformação do ambiente escolar.

A ampliação da legislação não será suficiente para a consolidação do processo de inclusão, por essa razão demandam-se mudanças contínuas e sistemáticas de todos os envolvidos, investimentos e o interesse da sociedade para que os deficientes tenham a oportunidade de serem vistos de maneira igual os outros.

Essas formas de convivência ainda precisam de muito debate, para poder encontrar o seu modo mais adequado. A criação de espaços nas escolas onde ocorra a interação dos participantes envolvidos no processo de inclusão pode

permitir a ampliação de suas possibilidades metodológicas, oferecendo mais opções de atividades, como as esportivas e de lazer, por exemplo. Só assim, será possível a troca de experiências entre as pessoas com e sem deficiências, seja eles professores ou alunos, de modo a firmar a aplicação do paradigma da inclusão na educação física escolar.

São necessárias varias mudanças no sistema educacional a fim de garantir o cumprimento dos objetivos da inclusão. As dificuldades sempre estarão presentes por isso é necessário diferentes maneiras para viabilizar a educação inclusiva.

Ainda existem muitos estigmas e barreiras em relação às pessoas com necessidades especiais. No entanto, existem iniciativas louváveis e experiências significativas de construção de políticas de Educação Especial, com a participação de pais e familiares e da sociedade civil, como as ONGs, cooperativas, escolas privadas, com destaque histórico para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Associação Pestalozzi.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 2, p. 223-240, 25.

ARGENTA, A. Relato de experiência: aprendendo a aprender, sempre. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 3/4, p. 173-177, 2002.

BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1998*. 39 ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio – 2000*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais - Educação Física*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade, cultural, orientação sexual*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 17 out. 2014.

BUSCAGLIA, L. *Os deficientes e seus pais*. 3. ed. Tradução de Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação física e inclusão: considerações para prática pedagógica na escola. Brasília: *Revista integração*, p. 26-30, 2002. Edição especial.

DE ALMEIDA, J. J. G et al. Educação Física Escolar e inclusão: do que estamos falando? *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 122, Junio de 2004.

DE MARCO A. Educação Física ou educação motora ? In: _____. (Org.). *Pensando a educação motora*. Campinas: Papyrus, 1995.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA. Disponível em: <http://deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1400768552>. Acesso em: 17 out. 2014.

FALKENBACH, A. P. *A Educação Física na escola: uma experiência como professor*. Lajeado: Univates, 2002.

GILL, D. L.; DEETER, T. E. Development of the sport orientation questionnaire. *Res Q Exerc Sport*, v. 59, n. 3, p. 191-202, 1988.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LEBEDEFF, T. B.; SIQUEIRA, P.,C.,M.; ZARTH, A.,P., O profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 13, n. 122, Julio de 2008.

LEHNHARD, G. R. et al. A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas e em aulas de Educação Física: um diagnóstico. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-em-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

LOPES, A. W. A.; VALDÉS, M. T. M Formação de professores de educação física que atuam com alunos com necessidades especiais (deficiência auditiva): uma experiência no ensino fundamental da rede pública de Fortaleza. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 9, n. 2, p. 195-210, 2003.

MATTHIESEN, S. Q. et al. Linguagem, corpo e Educação Física. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 7, n. 2, p. 129-139, 2008. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/REMEF/Remef_7.2/Revisao_-_LINGUAGEM_CORPO_E_EDUCACAO_FISICA.pdf. Acesso em: 17 out. 2014.

OLIVEIRA, A. S. P.; POKER, R. B. Educação inclusiva e a municipalização: a experiência em educação especial da Paraguaçu Paulista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 8, n. 2, p. 233-244, 2002.

OLIVEIRA, S. C. C. *Uma infância sem limites*. Campinas, SP: Departamento pedagógico de Educação, 2012.

PADILHA, S. M. A.; FREITAS, S. N. A Educação Física adaptada no contexto de escola inclusiva. *Cinergis*, v. 3, n. 1, p. 23-32, 2002.

PARAIBA (Estado). *Plano Decenal Estadual de Educação (PDEE-PB) - 2001*. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_pb.pdf. Acesso em 17 out. 2014.

PEDRINELLI, V. J. Pessoa portadora de deficiência mental e a prática de atividades motoras. In: PEDRINELLI, V. J.; TEIXEIRA, L. *Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC/SEDES/SESI/DN, 1994

PIRES, G. N. *Cotidiano escolar na escola inclusiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 1. sem. 2003.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.10, n.2, p. 227-234, 2005.

SCHIMER, C. R.; BRANDO, A. P.; NUNES, L. R. P. *Formação de professores em comunicação alternativa: análise dos conteúdos das sessões de reunião – 2007*. Acesso em: <<http://www.lateca-uerj.net/publicacoes/docs/Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20em%20CA%2009.pdf>>. Acesso: 13 out. 2014.

SILVA, C. P. *Inclusão: o desafio da educação contemporânea em Sorriso, MT*. SEMIEDU 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2006/GT13%20-Educa%E7%E3o%20e%20Psicologia/Poster/Poster%20Claudia%20Penha%20-%20resumo.htm>>. Acesso em: Acesso: 13 out. 2014.

SILVA, O. M. da. *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOARES, C. L. et al. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

VARGAS, C.; CAON, G.; SILVA, R. D. Revisão teórica sobre educação física escolar e inclusão educacional. *Revista Digital* - Buenos Aires, ano, 14, n, 131, abril de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 13 out. 2014.